



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
(UASG 080012)**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025

Processo Administrativo Nº 611/2025

LOCAL	Portal de Compras do Governo Federal – https://www.gov.br/compras/pt-br/
--------------	--

DATA DA SESSÃO	14/3/2025 – 10 horas
HORÁRIO DA SESSÃO	Horário de Brasília/DF

Objeto	
Contratação de empresa para serviços de manutenção preventiva e corretiva de condicionadores de ar das Unidades (Fóruns e Varas do Trabalho) do TRT da 9ª Região abrangidas pela Setorial de Cascavel, conforme condições estabelecidas neste edital e seus anexos.	
VALOR TOTAL ESTIMADO	
R\$ 92.424,90 (noventa e dois mil quatrocentos e quatro reais e noventa centavos)	
Registro de Preços	Preferência ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO	NÃO
Critério de Julgamento	Modo de Disputa
MENOR PREÇO	ABERTO

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:	Conforme item 7 do edital
-----------------------------------	---------------------------

OBSERVAÇÕES GERAIS:
<ul style="list-style-type: none">● FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: Secretaria de Licitações e Contratos Av. Vicente Machado, 147, 10º andar, centro, Curitiba/PR - CEP 80.420-010. E-mail: licitacao@trt9.jus.br Fone: 0xx (41) 3310-7341 / 7156● CREDENCIAMENTO E DÚVIDAS NA OPERAÇÃO DO SISTEMA DO COMPRASNET Central de Atendimento do Comprasnet: Fone: 0800 978 9001 Portal de atendimento: https://portaldeservicos.economia.gov.br/ Suporte realizado das 7 às 20 horas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO	11
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
8. DOS RECURSOS	17
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	17
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	20
11. DA EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	20
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025

Processo Administrativo nº 611/2025

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO, sediado na Al. Dr. Carlos de Carvalho, 528, Centro, Curitiba - PR, CNPJ nº 03.141.166/001-16, por meio da Secretaria de Licitações e Contratos, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#) da Instrução Normativa MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa para serviços de manutenção preventiva e corretiva de condicionadores de ar das Unidades (Fóruns e Varas do Trabalho) do TRT da 9ª Região abrangidas pela Setorial de Cascavel**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em lote único.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
 - 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 2.6. Não poderão disputar esta licitação:
 - 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - 2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

- 2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 2.13. É vedada a contratação de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação; (Resolução n.º 7 do Conselho Nacional de Justiça).
- 2.13.1. A vedação descrita no item anterior se estende às contratações deflagradas quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como as iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;
- 2.13.2. É permitida a contratação de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de magistrados de primeiro e de segundo graus atuantes exclusivamente na jurisdição, assim como de servidores que, embora ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança (a exemplo dos servidores da área judiciária, como diretores de secretaria, assistentes/assessores de magistrados), não atuem na linha hierárquica que vai da Administração ao dirigente máximo da entidade, por não vislumbrar, via de regra, risco potencial de contaminação do processo licitatório;
- 2.13.3. Nada obsta que a Administração vede a contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo, a exemplo dos atuantes exclusivamente na área judiciária, sempre que identificar, no caso concreto, risco potencial de contaminação do processo licitatório.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

- 3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
 - 3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.6. A falsidade das declarações de que tratam os itens 3.3 a 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
 - 3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

- 3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. **Valor total anual do lote;**
- 4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

- 4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
- 4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6. O lance deverá ser ofertado pelo **valor total anual do lote**.
- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5%.
- 5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
 - 5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
 - 5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
 - 5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

- 5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.20.2. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.20.3. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.20.4. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.20.5. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.20.6. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.20.6.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.20.6.2. empresas brasileiras;
- 5.20.6.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.20.6.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.20.6.5. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, a ser realizado pelo próprio sistema, vedado qualquer outro processo
- 5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

- 5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório
- 5.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

- 6.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
 - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

Habilitação jurídica

- 7.2. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 7.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 7.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 7.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 7.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 7.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 7.10. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- 7.11. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 7.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 7.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 7.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 7.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 7.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 7.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual
- 7.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 7.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 7.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 7.21. Prova de inscrição ou registro da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Técnicos Industriais (CFT), comprovando registro da empresa para serviços de **mecânica ou elétrica**.
- 7.22. Prova de inscrição dos profissionais que compõem o quadro de responsáveis técnicos da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Técnicos Industriais (CFT), com qualificação na(s) área(s) de **Elétrica e/ou Mecânica de Refrigeração**.
- 7.23. Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, Certidão de Acervo Técnico (CAT), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), ou equivalente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a licitante e seu respectivo profissional indicado como responsável técnico executaram de forma satisfatória serviço de manutenção de equipamentos com características pertinentes e compatíveis com as exigidas nesta contratação (manutenção de condicionadores de ar), com capacidade mínima de **258 TR's** (considerando 50% da capacidade instalada), sem qualquer informação que a desabone.
- 7.24. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
 - 7.24.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
 - 7.24.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
 - 7.24.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
 - 7.24.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

- 7.24.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 7.24.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 7.25. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 7.25.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.26. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.26.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.27. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia cuja autenticidade poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original, ou acompanhada de declaração de autenticidade realizada por advogado.
- 7.28. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.29. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 7.30. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.31. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.32. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.32.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

- 7.33. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 7.33.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 7.34. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.34.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.34.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.35. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.35.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.35.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.36. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 7.36.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.36.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.37. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.38. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital,
- 7.39. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.40. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

- 7.41. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. o prazo para manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos,
 - 8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.trt9.jus.br/transparencia.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

- 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5. fraudar a licitação
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 9.2.1. advertência;
 - 9.2.2. multa;
 - 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 9.4.1. Para as infrações previstas no item 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

- 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis (ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso (art. 24, inciso X do Decreto 11.246/2022)), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@trt9.jus.br.
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DA EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 11.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 11.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
 - 11.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.
- 11.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 11.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
 - 11.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 11.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- 11.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
 - 11.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

- 11.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 11.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. Ao participar de processo licitatório, o representante legal da licitante fica ciente de que o contratante poderá ter acesso aos seus dados pessoais, tais como nome, cargo ocupado na empresa, número de inscrição no cadastro de pessoas físicas (CPF) e número da carteira de identidade (RG), bem como que referidos dados serão tratados pela Administração, conforme autorização prevista no art. 7º, II, da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- 12.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 12.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 12.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.trt9.jus.br/transparencia.
- 12.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 12.12.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 12.12.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

- 12.12.2. ANEXO II – Modelo de Proposta
- 12.12.3. ANEXO III – Relação de Equipamentos
- 12.12.4. ANEXO IV – Modelo de Relatório de Manutenção
- 12.12.5. ANEXO V – Modelo de Declaração de conhecimento das condições de execução dos serviços
- 12.12.6. ANEXO VI - Minuta de Termo de Contrato

Curitiba, 21 de fevereiro de 2025

Arnaldo Rogério Pestana de Sousa
Ordenador da Despesa



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1** A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para serviços de manutenção preventiva e corretiva de condicionadores de ar das Unidades (Fóruns e Varas do Trabalho) do TRT da 9ª Região abrangidas pela Setorial de Cascavel, conforme segue:

ITEM	OBJETO
1	Prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de climatização e condicionadores de ar nas unidades abrangidas pela Setorial de Cascavel , associada ao fornecimento de bens (peças) e incluindo mão de obra, materiais e equipamentos necessários à execução integral do objeto. Estão abrangidos nos sistemas de climatização: os dutos de ar e os sistemas de drenagem de condensado das máquinas.

- 1.2** Fazem parte da presente contratação as seguintes Unidades:

LOTE 1 – SETORIAL CASCABEL		
SUB ITEM	UNIDADE	ENDEREÇO
1	VT Assis Chateaubriand	Av. Cívica, 260 - Centro Cívico
2	FT e Setorial Cascavel	Rua Galibis, 328 - Jardim Santo Onofre
3	VT Dois Vizinhos	Rua Rio Grande do Norte, 240 – bairro Nossa Senhora de Lourdes
4	Fórum Trabalhista Foz do Iguaçu	Avenida Paraná, 3710 - Centro
5	FT Francisco Beltrão	Rua Tenente Camargo, 2322 - Centro
6	VT Laranjeiras do Sul	Rua Marechal Cândido Rondon, 1.975 - Centro.
7	VT Mal. Cândido Rondon	Rua Pastor Mayer, 799 - Centro
8	Posto de Atendimento Medianeira	Av. Pedro Soccol, 2500 - Nazaré, Medianeira - PR,
9	VT Palmas	Rua Capitão Paulo de Araújo, 563
10	Palotina	Rua Ipiranga, 716, Praça da Liberdade - Bloco Central
11	FT Pato Branco	Rua Paraná, 1547
12	FT Toledo	Rua Doutora Zilda Arns Neumann, 850 - Jardim Tocantins

- 1.3** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 Executar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos condicionadores de ar e sistemas de climatização do TRT da 9ª Região nas Unidades atendidas pela Setorial de Cascavel, visando a conservação e adequado funcionamento destes. A vigência dos contratos atuais expira em meados do exercício de 2025.

3. PREÇOS MÁXIMOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Os preços unitários e totais máximos da presente contratação estão descritos nas tabelas a seguir:

LOCALIDADE – MANUTENÇÃO BIMESTRAL	QTDE EQUIPAMENTOS.	VALOR TOTAL POR BIMESTRE	VALOR TOTAL POR ANO
VT Assis Chateaubriand	7	R\$ 368,69	R\$ 2.212,14
FT e Setorial Cascavel	56	R\$ 2.949,52	R\$ 17.697,12
VT Dois Vizinhos	23	R\$ 1.211,41	R\$ 7.268,46
Fórum Trabalhista Foz do Iguaçu	54	R\$ 2.844,18	R\$ 17.065,08
FT Francisco Beltrão	19	R\$ 1.000,73	R\$ 6.004,38
VT Laranjeiras do Sul	6	R\$ 316,02	R\$ 1.896,12
VT Mal. Cândido Rondon	10	R\$ 526,70	R\$ 3.160,20
Posto de Atendimento Medianeira	5	R\$ 263,35	R\$ 1.580,10
VT Palmas	11	R\$ 579,37	R\$ 3.476,22
Palotina	6	R\$ 316,02	R\$ 1.896,12
FT Pato Branco	15	R\$ 790,05	R\$ 4.740,30
FT Toledo	33	R\$ 1.738,11	R\$ 10.428,66
TOTAL DE MANUTENÇÕES BIMESTRAIS	245	R\$ 12.904,15	R\$ 77.424,90
VALOR ESTIMADO PARA PEÇAS E DESLOCAMENTOS (anual)			R\$ 15.000,00
VALOR TOTAL MÁXIMO PARA A CONTRATAÇÃO			R\$ 92.424,90

3.2 O preço para os serviços corresponde a **uma visita anual, bimestral, mensal ou semanal – a depender da frequência mencionada nas tabelas acima –, para as manutenções preventivas, e tantas visitas técnicas e manutenções corretivas quantas forem necessárias** para perfeito funcionamento dos equipamentos, incluindo a mão de obra e todos os serviços necessários para substituição de peças e componentes eventualmente danificados, não abrangendo o fornecimento das referidas peças ou componentes, que observará procedimento próprio conforme será descrito.

3.3 **Com relação às peças e deslocamentos**, o valor previsto pela Administração é meramente estimativo, definido em função de consumo e utilização prováveis. A execução do objeto do contrato obedecerá às necessidades e demandas concretas do Contratante, sendo devidos à Contratada os pagamentos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

referentes e relacionados apenas aos serviços efetivamente prestados e certificados por fiscal do contrato, segundo as normas e condições fixadas em edital e contrato.

4 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1 DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DOS SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO E CONDICIONADORES DE AR

- I) A relação dos equipamentos e o plano de manutenção e da periodicidade de execução dos serviços constam nos **Anexos III e IV** do edital, respectivamente.
- II) Entende-se por serviço de manutenção preventiva dos sistemas de climatização e condicionadores de ar a realização de verificação geral do funcionamento do aparelho e de suas peças e acessórios, realizando teste de sua operação ao menos em ciclo de refrigeração e aquecimento (quando presente), a limpeza externa dos equipamentos, de seus filtros, seus ventiladores, seu umidificador e sua bandeja, além de monitoramento quanto a possíveis e eventuais falhas, anomalias ou inconsistências e demais serviços constantes no modelo do **Anexo IV** do edital do pregão.
- III) O serviço de manutenção preventiva deverá ser realizado tanto na unidade interna – evaporadora – quanto na(s) sua(s) unidade(s) externa(s) – condensadora(s).
- IV) As manutenções dos sistemas de climatização e condicionadores de ar deverão seguir o estabelecido na Portaria 3.523/1998 do Ministério da Saúde, inclusive no que versa sobre o Plano de Manutenção, Operação e Controle do Sistema Climatizado – PMOC, em conjunto com as recomendações de manutenção mecânica da NBR 13.971 - Sistemas de Refrigeração, Condicionamento de Ar e Ventilação - Manutenção Programada da ABNT, com o disposto no capítulo Práticas de Manutenção, Anexo 3, itens 2.6.3 e 2.6.4 da Portaria 2.296/1997, Práticas de Projeto, Construção e Manutenção dos Edifícios Públicos Federais, do Ministério da Administração Federal e Reformas de Estado – MARE, NR 35 – Trabalho em altura, e demais instrumentos pertinentes.
- V) A equipe e qualificações profissionais mínimas dos colaboradores que deverão ser empregados na execução dos serviços contratados estão descritas no **subitem 4.8 deste instrumento**.
- VI) Estão **incluídos no preço** de execução dos serviços de manutenção, **sem ônus adicionais ao Contratante**:
 - a) Deslocamentos para realização da manutenção preventiva (vide inciso VI, item 4.2, para manutenção corretiva);
 - b) Estadia;
 - c) Alimentação;
 - d) Fornecimento e aplicação de **gases refrigerante em geral** (R141B, R410A, R22, etc) e **gás nitrogênio**:
 - i. Toda e qualquer aplicação de gases feito pela Contratada deverá ser mensurada e informada ao fiscal, em virtude do controle de emissão de gases de efeito estufa.
 - e) Materiais de consumo, **assim considerados aqueles inerentes à execução dos serviços, tais como** óleos lubrificantes, graxas, soldas, vaselinas, fita isolante, insumos de limpeza (álcool, sabões, panos, detergentes, estopas, etc), e outros de valor irrisório e/ou indispensáveis à execução dos serviços, tais como colas diversas, pregos e parafusos diversos, arruelas, porcas, buchas, calços, arames, silicões, lixas, fusíveis, solventes, barbantes, eletrodos, pilhas, solenoides, lubrificantes, fitas isolantes, fitas adesivas, soquetes, conexões elétricas, soldas, caçambas de coleta de entulho, lonas, andaimes, madeiras, etc.;
- VII) A Contratada também deverá dispor do seguinte **ferramental mínimo** para execução dos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

serviços: manifold digital, termômetro digital, recolhedora de fluidos, conjunto de solda oxi-acetilênica, balança eletrônica de precisão, bomba de vácuo, furadeira elétrica dotada de brocas diversas; alicate amperométrico; serra mármore; serra circular; ferramentas manuais (alicates, chaves de fenda; chaves fixas; chaves allen; formão de diversas medidas; colas e adesivos, chaves canhão; trena; martelo, etc.), escadas, não a eximindo de disponibilizar outros, necessários ao fiel cumprimento da avença.

- VIII) As manutenções deverão ocorrer em todas as Unidades, devendo ser iniciadas e concluídas dentro do mesmo bimestre, desde que observado o intervalo mínimo de 40 (quarenta) dias corridos para execução do serviço na mesma localidade, no caso das manutenções bimestrais, ou 20 (vinte) dias corridos no caso das manutenções mensais, de acordo com o planejamento da Contratada, **devendo ser previamente agendadas com a fiscalização, com antecedência mínima de 3 dias úteis, para acompanhamento dos serviços e autorização de acesso.**
- a) Poderá ser considerada inválida a manutenção que não observar o intervalo mínimo mencionado neste inciso.
- b) Poderá ser vetado acesso à equipe de manutenção da Contratada em unidade judiciária ou administrativa quando a fiscalização não tiver recebido a relação de empregados, data e horário da prestação dos serviços em tempo hábil de a repassar à unidade que receberá o serviço e/ou às demais unidades administrativas responsáveis pela gestão da segurança patrimonial e pessoal.
- IX) As manutenções deverão ser realizadas em dias úteis, das 8h00 às 18h00, podendo, excepcionalmente, a pedido formal da Contratada ou por necessidade ou conveniência do Contratante, ocorrer em finais de semana, feriados ou períodos fora do horário de expediente, sempre devidamente documentado e de comum acordo entre as partes.
- X) Os procedimentos executados deverão ser discriminados em “Relatório de Manutenção”, conforme modelo do Anexo V, preenchidos no local e assinados pelo técnico responsável e pelo fiscal dos serviços, ou excepcionalmente, na ausência deste, por servidor público representante da Unidade administrativa ou judiciária que recebeu a manutenção, sendo este o documento hábil para afastar presunção de atraso na prestação dos serviços.
- a) Será admitido modelo de relatório elaborado pela Contratada, desde que contenha lista com todos os serviços mínimos elencados neste item do Termo de Referência e no modelo do **Anexo IV** e previamente aprovado pelo Contratante.
- b) No relatório deverá obrigatoriamente constar o local, o número de patrimônio do equipamento (tombo), a data e a hora do atendimento. Documentos sem estas informações e sem assinatura de representante do Contratante poderão ser considerados inválidos.
- XI) Se a Unidade em que a manutenção preventiva seria realizada estiver sob reforma ou recebendo intervenções de vulto expressivo que impossibilitem a realização do serviço, a manutenção poderá ser cancelada, a critério do Contratante, não sendo devido o pagamento pelos serviços não realizados desta forma.

4.2 **DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DOS SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO E CONDICIONADORES DE AR**

- I) Manutenção corretiva dos sistemas de climatização e condicionadores de ar, nos termos deste Termo de Referência, compreende a atividade de **diagnóstico** de dano, erro, inconsistência, anomalia ou falha no funcionamento do equipamento, a emissão do seu respectivo **relatório** escrito, contendo também as ações ou intervenções necessárias a fim de reparar ou permitir a continuidade do uso dos sistemas em condição de regular funcionamento, com ou sem substituição de **peça**, encerrando-se com o **efetivo reparo** da máquina e reestabelecimento do seu funcionamento. Entende-se por manutenção corretiva, também, a intervenção realizada a fim de evitar graves riscos ou prejuízos pessoais e/ou patrimoniais aos seus usuários ou proprietários.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

- a) Danos a aparelhos condicionadores de ar decorrente de desastres naturais, fato fortuito, força maior, atos de vandalismos ou crime de dano ao patrimônio público serão objeto igualmente de manutenção corretiva nos termos deste Termo de Referência.
- II) A mão de obra de manutenção corretiva dos sistemas de climatização e condicionadores de ar, **inclusive para substituição de peças, aplicação de gases, instalação de cabos elétricos, sistemas de drenagem e de linha frigorígena em máquinas já instaladas, substituição de evaporadora ou condensadora em caráter de manutenção corretiva e demais serviços comuns de engenharia, decorrentes ou acessórios aos serviços de manutenção corretiva,** como por exemplo reparos em forro, drywall, pinturas de pequena extensão, dentre outros, está inclusa no valor bimestral pago pelo Contratante, não sendo devidos valores adicionais.
- III) As manutenções corretivas do tipo preditivas são aquelas em que é detectada, durante a manutenção preventiva, a necessidade de substituição de peça ou outra intervenção para evitar uma previsível falha ou perda de eficiência do equipamento. Quando esta necessidade for detectada pela Contratada, a substituição da peça ou a devida intervenção deverá ocorrer preferencialmente durante uma das próximas manutenções programadas, observando-se os demais procedimentos deste Termo de Referência (itens 4.1 e 4.3).
- IV) Chamado técnico para manutenção corretiva poderá ser aberto pelo fiscal do contrato por e-mail, telefone ou outro meio autorizado (item 9). Nestes casos, o prazo de **atendimento inicial** das manutenções corretivas será de 48 (quarenta e oito) horas a partir da abertura do chamado, salvo nos casos em que o fiscal determinar prazo superior em virtude da natureza do chamado ou conveniência. Uma vez iniciado um atendimento, este deve ser **encerrado** em até 24 (vinte e quatro) horas. Quando aberto de modo verbal, deverá o fiscal, assim que possível, formalizá-lo por escrito para que fique registrado e seja iniciada a contagem de prazo.
- a) Quando outro servidor público da Contratante, que não o fiscal do contrato, solicitar atendimento a novo chamado técnico perante funcionário da Contratada, este estará obrigado a dar atendimento imediato, em prol do princípio da eficiência ou, em não sendo possível seu atendimento imediato por motivo justo, deverá, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, informar ao fiscal do contrato esta ocorrência e agendar atendimento dentro das próximas 48 (quarenta e oito) horas.
- b) Nos casos de chamados **EMERGENCIAIS** abertos pelo Contratante, o prazo para atendimento será de até 4 (quatro) horas, caso o chamado seja referente à cidade sede da setorial, ou de até 12 (doze) horas, caso o chamado seja referente às demais cidades do contrato, salvo casos em que o fiscal determinar prazo superior.
- c) Via de regra, serão **EMERGENCIAIS**, sem necessidade de qualquer aviso prévio, os chamados referentes a ambientes DataCenter, NoBreak, CPD's, SITE's, salas de audiências, plenários, auditórios e demais salas frias da informática ou almoxarifado ou chamados onde se verificar vazamento de água e risco de grave dano patrimonial ou à integridade física de pessoas, com risco de deslizamento e queda.
- d) A ocorrência de acidente, caso fortuito ou de força maior que impedir o atendimento dentro do prazo eximirá a aplicação de penalidade caso seja devidamente comprovado o seu nexo causal. Neste caso a contagem do prazo será reiniciada.
- e) A fim de evitar a aplicação de penalidades contratuais em períodos de grande demanda, a Contratada poderá, observando o princípio da razoabilidade, solicitar formalmente ao fiscal do contrato o agendamento do atendimento ao chamado técnico para data posterior ao prazo inicialmente fornecido. Não ocorrendo o atendimento até a data agendada, não se aceitará nova proposta, sendo considerado *in mora* e sujeito a aplicação das penalidades contratuais a partir deste momento.
- f) O prazo máximo para envio do respectivo **relatório** de manutenção corretiva será de 24 (vinte e quatro) horas após a conclusão do serviço.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

- V) Havendo necessidade ou a pedido do fiscal, a empresa poderá levar o equipamento ou a peça danificada para diagnóstico aprofundado ou troca de peças em bancada, na sede da empresa, devendo haver, para o seu transporte, sempre uma autorização impressa e assinada por fiscal autorizado ou servidor designado pela fiscalização do contrato, devendo o retornar em, no máximo, 10 dias úteis.
- a) Danos ocorridos ao equipamento durante este transporte serão responsabilizáveis à própria Contratada.
- VI) Quando, para atendimento a chamado corretivo, tanto para diagnóstico quanto para solução de problema já diagnosticado, for necessário o deslocamento da equipe por via terrestre e tal distância seja superior a 30 (trinta) km a partir da cidade sede da Setorial ou da cidade em que se encontrar a equipe da Contratada (utilizando-se sempre qual for menor), a Contratada terá direito a **indenização do deslocamento**, observando-se os critérios a seguir:
- a) A base de cálculo do valor da indenização devida levará em conta a distância percorrida (ida e volta), denominada “D”, em km; o consumo médio do veículo estimado em 10 km por litro de combustível, denominado “C”; o preço médio do litro da gasolina comum praticada na cidade sede da setorial, conforme divulgado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), denominado “G”, em reais por litro; e os valores pagos a título de pedágio, denominado “P”, em reais. O valor final, “VF”, será: $VF = ((D \times G) / C) + P$.
- i. Nos casos em que forem atendidos chamados corretivos em mais de uma unidade em uma mesma viagem, será considerado a distância percorrida como sendo a menor distância total global possível, considerando ida e volta. Nestes casos, os valores a título de pedágio de retorno só serão devidos se o retorno se der até, no máximo, a manhã do dia útil seguinte ao término dos serviços, e comprovando-se que o trajeto é, de fato, aquele de retorno à sede da Setorial.
- ii. Para indenização dos valores pagos a título de pedágios, é obrigatório apresentar o canhoto de seu pagamento ou outro documento emitido pela concessionária da rodovia condizente com o dia e horário do deslocamento para atendimento ao chamado. Ademais, será indenizável apenas as tarifas de automóvel, caminhonete ou furgão (multiplicador 1 segundo regra da ANTT). É possível a indenização de tarifa diversa se previamente comunicado e justificado ao fiscal do contrato o motivo da necessidade de utilização de veículo de maior porte, tendo este autorizado previamente esta mudança.
- iii. As distâncias “D” serão calculadas utilizando o *Google Maps* ou, em sua eventual indisponibilidade, outro meio equivalente, considerando-se sempre a menor disponível. No caso de distância adicional percorrida em razão de bloqueio rodoviário insuperável, a indenização será devida apenas quando fornecido relatório detalhado da ocorrência pela Contratada, juntando-se, inclusive, fotos originais e notícia do fato veiculado por meio de comunicação idôneo.
- b) Não será indenizado o deslocamento quando junto com a manutenção corretiva for realizada também a manutenção preventiva dos equipamentos, pois esta já está inclusa no valor dos serviços conforme alínea “a”, inciso V, do item 4.1.
- c) A empresa poderá perder o direito à indenização de deslocamento no caso de:
- i. ausência de aviso prévio ao fiscal do contrato sobre o deslocamento a ser realizado;
- ii. o atendimento ao chamado corretivo estiver fora do prazo estabelecido no inciso IV do item 4.2;
- iii. o motivo da viagem for para dar continuidade a um atendimento interrompido por culpa da Contratada, como, por exemplo, ter portado a peça equivocada para instalação, pela falta do ferramental mínimo para diagnóstico ou solução de problema já diagnosticado, dentre os quais, os citados nas alíneas “d” e “e” do inciso V e no inciso VI, ambos do item 4.1, ou outros;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

- iv. o transporte não tiver sido realizado pela própria Contratada; for realizado com a utilização de veículo não cadastrado em nome da Contratada, não devidamente autorizado pela fiscalização; por transporte público; “carona” ou outro meio inidôneo;
 - v. ser identificada qualquer tentativa de fraude para obtenção desta indenização de modo injustificado, neste caso não eximindo a persecução dos processos administrativos e penais cabíveis pelo ato ilícito praticado.
- d) A indenização prevista neste item não inclui possíveis despesas de manutenção do veículo, acidentes, avarias no percurso, despesas decorrentes de sinistros ocorridos durante o deslocamento, multas ou quaisquer outros valores não expressamente previstos e autorizados neste Termo de Referência.
- VII) A realização dos serviços de manutenção corretiva deverá observar todas as normas de regulamentação técnica, por exemplo: NBR 5674, ABNT-2012, dentre outras.
- VIII) Nos casos omissos, a prestação do serviço de manutenção corretiva seguirá as regras previstas no item anterior, referente à manutenção preventiva.

4.3 DO FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PARA OS SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO E CONDICIONADORES DE AR

- I) Quando for constatada a necessidade de substituição de peças ou materiais, seja durante a manutenção programada, em caráter preditivo, ou corretivo, o técnico responsável deverá registrá-la no campo próprio do **relatório de manutenção** ou elaborar **relatório técnico complementar** detalhando o problema encontrado nestas, indicando o tipo da peça, seu código identificativo ou marca e modelo que possibilitem pesquisa de mercado, mencionando também possíveis soluções alternativas para evitar novas falhas ou avarias. Sempre que possível, devem ser fornecidas fotos das peças avariadas e dos problemas detectados.
- II) O prazo máximo para diagnosticar eventuais necessidades de substituição de peças e para envio do respectivo **relatório** será de 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento do serviço de manutenção corretiva.
- III) A Contratada deverá, em um prazo máximo de 5 (cinco) dias após o envio do relatório, apresentar o seu **orçamento** para substituição da peça juntamente com, no mínimo, 2 orçamentos de notórias e consolidadas lojas de peças, para comprovação do preço de mercado.
 - a) Em todos os orçamentos deverá estar explicitado o mesmo número identificativo ou marca e modelo das peças a serem adquiridas para comparação equitativa do valor dos orçamentos. Em não sendo possível, deverá ser demonstrado de outra forma inequívoca se tratar do mesmo material.
- IV) Alternativamente, e no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o envio do relatório, a Contratada poderá solicitar o procedimento de **reembolso** do valor da peça contra a apresentação de Nota Fiscal do fornecedor em nome da Contratada ou documento equivalente.
 - a) Aplica-se este inciso em casos que não seja possível ou viável atender o inciso III supra, seja pelo fato de a peça ser fornecida exclusivamente pelo fabricante, ser fruto exclusivo de importação direta ou indireta, ser encontrada em menos de 2 lojas de peças a despeito de reiteradas buscas inclusive por parte da fiscalização, ou por outro motivo justificado, tendo sido devidamente notificado o fiscal do contrato e este não tenha demonstrado oposição.
 - b) No caso de terem sido consultadas as lojas de peças ou serviços especializados das quais provieram os orçamentos da Contratada e estas terem rejeitado expressamente a venda na modalidade de compra direta com este Contratante, se autoriza igualmente a prática do reembolso nos termos deste inciso.
 - c) Também será entendido como excepcional quando a situação for de urgência e demandar



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

solução imediata, seja nos casos tidos como emergenciais por este Termo de Referência ou por determinação da fiscalização, não dispensando, no entanto, a necessidade de pesquisa prévia para demonstrar o preço de mercado da peça dentro do contexto da situação, não se permitindo, no entanto, a aprovação de peças com valores evidentemente exorbitantes e incompatíveis com o princípio da moralidade.

- d) A Contratada, para permitir a pesquisa do valor de mercado da peça pela fiscalização, deverá informar com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas a intenção de compra da peça que será fruto de reembolso, indicando qual será o fornecedor e o valor, após o que o fiscal do contrato **aprovará o processo de aquisição**.
 - e) Nos casos de situações de urgência mencionadas na alínea “c”, a antecedência mínima entre a intenção de compra e a compra definitiva será de 1 (uma) hora, igualmente indicando qual será o fornecedor e o valor, buscando meios de notificar o fiscal do contrato pelo modo mais ágil possível (telefone, whatsapp ou outro – vide item 9) a fim de permitir tempo hábil para as pesquisas de preço e célere aprovação.
 - f) Não tendo sido exarado o aviso prévio mencionado nas alíneas “d” e “e”, o fiscal do contrato contará com prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da ciência do valor da peça, para realizar pesquisa de mercado e, sendo encontrada peça a preço inferior, esta diferença poderá ser deduzida do valor a ser reembolsado à Contratada.
 - g) No caso de obscuridade ou ausência de qualquer informação para permitir a pesquisa de mercado, os prazos das alíneas “d”, “e” e “f” só se iniciarão quando sanados estes vícios, não sendo, no entanto, interrompido o prazo mencionado neste inciso.
 - h) No caso de serem devidos valores de frete do fornecedor da peça para entrega no endereço da Contratada ou da Contratante ou outro valor acessório para este fim, como por exemplo impostos de importação ou seguros de carga, estes valores serão reembolsados apenas se na nota fiscal ou documento equivalente constar exclusivamente as peças que serão utilizadas em atendimento a chamados corretivos do Contratante ou expressamente individualizado o valor referente à peça adquirida.
 - i) Em se verificando variação do valor desde o momento da aprovação da peça e o recebimento do documento fiscal para reembolso que tenha sido causado por fatores externos ao controle da Contratada e que este não supere 15% do valor previsto, o Contratante irá reembolsar o valor efetivamente pago pela Contratante.
- V) O Contratante tem o direito de orçar as peças no mercado e adquiri-las diretamente de outro fornecedor por valor mais vantajoso ou então sugerir que a Contratada o faça com o fornecedor encontrado por meio do reembolso mencionado no item IV. Nestes casos, o Contratante igualmente se isenta de qualquer valor a título de mão de obra para substituição das peças adquiridas por este meio, a qual deverá ocorrer normalmente nos ditames deste Termo de Referência.
- VI) Caso não conste prazo para a execução do serviço corretivo no respectivo relatório ou orçamento e não tenha sido mencionado o prazo para recebimento da peça nos casos de reembolso, considerar-se-á o prazo para instalação da peça de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis após a sua aprovação. No caso de reembolso, havendo menção do prazo de recebimento da peça, o prazo será de 24 (vinte e quatro) horas após o prazo de recebimento da peça.
- a) Peças de uso mais corriqueiro e materiais descritos no inciso V do item 4.1, como, por exemplo, capacitores, contactores e demais peças de pouca expressividade, deverão fazer parte do material de trabalho dos técnicos, não se justificando demora demasiada em suas substituições.
- VII) Caso o prazo de entrega da peça seja superior a 30 (trinta) dias, sendo tecnicamente factível e não complexo, a fiscalização poderá solicitar à Contratada que retire peça semelhante de outra máquina indicada e a instale na máquina que apresentou defeito, enquanto se aguarda a chegada



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

da peça.

- VIII) O fiscal do contrato, casuisticamente e mediante comunicação formal à Contratada, terá liberdade de alterar os prazos mencionados neste item para se adaptar à realidade da prestação do serviço, podendo também, se entender justo, prorrogar o prazo concedido à Contratada, sempre se por ela solicitado e antes do término do prazo inicialmente concedido, não a eximindo da incorrência em descumprimento contratual caso a solicitação tenha se dado após o vencimento do prazo.
- IX) Na execução dos serviços deverão ser utilizadas peças novas e originais ou, na falta destas e com a prévia concordância do Contratante, peças similares que obedeçam às normas da ABNT e com certificação do INMETRO, quando aplicável, produzidas por fabricante idôneo, de qualidade semelhante ou superior às originais e que permitam o perfeito funcionamento dos equipamentos, devendo mencionar, quando aplicável, o período de garantia da peça.
- a) Salvo determinação em contrário pela fiscalização, as peças substituídas deverão ser entregues ao fiscal do contrato ou ao representante da Unidade em manutenção para **prévia inspeção** da sua procedência e condição, com assinatura de ateste do feito e **autorização** do serviço de substituição. O representante da Unidade poderá vetar o serviço no caso de qualquer dúvida sobre a sua procedência, condição ou execução, devendo a fiscalização do contrato, então, interceder para sanar a intercorrência.
- b) Após a substituição, as peças substituídas deverão ser restituídas ao representante da Unidade em manutenção ou, em sua ausência, ao fiscal do contrato, o qual atestará em relatório próprio redigido pelo prestador dos serviços, a conclusão da substituição e o estado de funcionamento do equipamento após a substituição. O fiscal do contrato será o responsável pela gestão e descarte das peças substituídas.
- X) Na ocorrência de qualquer fraude ou ato ilícito durante o processo de aquisição de peças, a Contratada estará sujeita a persecução dos processos administrativos e penais cabíveis pelos atos praticados.

4.4 DA GARANTIA DOS BENS E SERVIÇOS

- I) Nos termos dos arts. 119 e 140, § 2º, da Lei 14.133/2021, a Contratada garante os materiais empregados e os serviços executados, inclusive nos aspectos de segurança e solidez, pelo prazo de:
- a) serviços prestados: no mínimo 90 (noventa) dias contados do recebimento definitivo;
- b) peças e materiais aplicados: no mínimo 90 (noventa) dias contados do recebimento definitivo ou até o limite do prazo de garantia da peça adquirida, se superior.
- II) Durante os prazos de garantia, a Contratada obrigará-se a por eventuais reparos, correções e substituições necessários, inclusive pelos procedimentos de acionamento da garantia juntamente com os fornecedores da peça.
- III) A Contratada é responsável pela guarda de todos os documentos necessários para eventual acionamento da garantia em caso de defeito de fabricação de material ou peça, não sendo permitida a cobrança de outra peça igual em substituição dentro do prazo de garantia legal e contratual.

4.5 DAS EQUIPES PROFISSIONAIS, CAPACITAÇÕES E ATRIBUIÇÕES

- I) A fim de garantir a execução do objeto da contratação, a Contratada deverá contar com equipes mínimas para prestação dos serviços, sendo que a inobservância dessa obrigação, ou a realização de trabalho por substituto não autorizado, mesmo que temporariamente, sujeitará a Contratada às



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

penalidades previstas na contratação.

- a) A Contratada deverá dimensionar suas equipes de trabalho de acordo com as características, particularidades e volume dos serviços envolvidos, levando também em consideração os prazos para atendimento dos chamados preventivos e corretivos concomitantemente.
- II) A equipe mínima responsável pela execução dos serviços objeto desta contratação será composta por empregados da Contratada, não permitida a subcontratação, salvo nos casos previstos em lei.
- III) Havendo necessidade de substituição do profissional, a empresa deverá submeter a substituição à prévia autorização do Contratante e enviar documentação do substituto para análise.
- IV) A equipe mínima, **POR ITEM ou SETORIAL**, para atendimento do presente contrato será composta de:

Profissionais – manutenção ar-condicionado	Qtde.
Mecânico de refrigeração	2
Auxiliar de mecânico de refrigeração	1

- V) **MECÂNICO DE AR CONDICIONADO E REFRIGERAÇÃO (CBO 9112-05)**¹: capacidade para leitura e interpretação de desenho mecânico e conhecimentos básicos de unidades de medidas (BTU's, Watts, etc.) e experiência profissional mínima de 6 meses, comprovada com anotação em CTPS, Contrato Individual de Trabalho ou Contrato Social ou outro documento legal, devidamente registrado na Junta Comercial, no caso de ser sócio proprietário da empresa Contratada.

Atribuições: Executar instalações, montagem e manutenção em equipamentos condicionadores de ar e climatização do tipo janela, splits, selfs, VRF, unidades resfriadoras, tubulações hidráulicas e frigoríficas e elementos de drenos de águas condensadas. Elaborar documentos técnicos (relatórios, diagnósticos, laudos, etc.) e observar as normas vigentes de saúde e segurança no trabalho, no que diz respeito às instalações e manutenção de sistemas climatizadores.

- VI) **AUXILIAR DE MECÂNICO EM REFRIGERAÇÃO (CBO 9112-05)**: conhecimentos básicos de refrigeração, habilidade no uso e manuseio de ferramentas manuais e elétricas e experiência profissional mínima de seis meses, comprovada com anotação em CTPS ou Contrato Individual de Trabalho.

Atribuições: executar trabalhos de média complexidade, auxiliando o mecânico na execução dos serviços de instalação, montagem e manutenção de equipamentos.

4.6 DAS COMUNICAÇÕES ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA

- I) As comunicações entre Contratante e Contratada poderão ser realizada de forma escrita ou verbal, porém, para fins de contagem dos prazos previstos neste Termo de Referência, esta deverá ser escrita, preferencialmente através de e-mail enviado através de correio eletrônico oficial (@trt9.jus.br) ou outro meio eletrônico cujo recebimento ou leitura possam ser constatados (por exemplo, via WhatsApp), sendo considerado como marco o horário do envio da mensagem através de correio eletrônico oficial pelo Contratante ou o horário tido como recebido por outro meio eletrônico.
- II) A utilização de outros meios eletrônicos para comunicação entre Contratante e Contratada com o intuito de contagem de prazo pressupõe prévia e efetiva ciência da Contratada para com o meio

¹ CBO: Código Brasileiro de Ocupações, disponível em <http://www.mtecbo.gov.br>.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

utilizado. A rejeição ou interrupção da utilização é facultada à Contratada, porém deve ser expressamente comunicada no próprio meio ou ao correio eletrônico do fiscal do contrato ou outro por ele indicado, tornando sem efeito os atos praticados após a referida comunicação.

5 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

5.6 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

5.6.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

5.6.2 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

5.6.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

5.6.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

5.6.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

5.6.6 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

5.7 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

5.7.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

5.8 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

5.8.1 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

5.8.2 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

5.8.3 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

5.9 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

5.10 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

5.11 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 6.1.1 não produzir os resultados acordados,
- 6.1.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
ou
- 6.1.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

DO RECEBIMENTO

6.2 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.2.1 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.2.2 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº](#)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

11.246, de 2022).

6.2.3 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

6.2.4 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

6.3 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.3.1 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.3.2 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

6.3.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.3.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.5 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias no caso dos serviços de manutenção e de 5 (cinco) dias no caso de peças utilizadas, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

6.5.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de ateste de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

6.5.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.5.3 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.5.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.5.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.7 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

LIQUIDAÇÃO

6.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

6.9.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

6.10 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.11 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

6.12 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº](#)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

14.133/2021.

6.13 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.14 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PRAZO DE PAGAMENTO

6.18 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

6.19 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

FORMA DE PAGAMENTO

6.20 **O envio dos documentos fiscais (NF-e = Danfe, NFS-e, CT-e, recibo etc), para fins de recebimento pelos bens ou serviços prestados a este Tribunal somente será aceito desde que efetuado pelo Portal Sigeo da Justiça do Trabalho, disponível pelo seguinte link <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo>. Para tanto, necessário que a empresa efetue cadastro no sistema, observando o prazo de 5 (cinco) dias a contar do início da vigência da contratação.**

6.21 **As instruções para cadastro da empresa e envio dos documentos podem ser acessadas no link <https://www.trt9.jus.br/portal/arquivos/7161768>.**

6.22 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.23 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.24 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.24.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

6.25 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

7.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

7.2.1.1 Gestão/Unidade: Secretaria de Engenharia e Arquitetura;

7.2.1.2 Programa: 168089 – Sigeo: 291;

7.2.1.3 Elemento de Despesa: 3.3.90.39;

7.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

8 REAJUSTE

8.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 27 de janeiro de 2025.

8.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

9 DEVERES DO CONTRATANTE

9.1 São obrigações do Contratante:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

- 9.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 9.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 9.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 9.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 9.1.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 9.1.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 9.1.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - a) A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
- 9.1.11 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.1.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10 DEVERES DA CONTRATADA

10.1 São obrigações da Contratada:

- 10.1.1 apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o início da vigência do contrato e antes do início da execução dos serviços, as **ART's – Anotações de Responsabilidade Técnica** ou **RRT's – Registros de Responsabilidade Técnica** de execução dos serviços, com as taxas devidamente recolhidas;
- 10.1.2 apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o início da vigência do contrato e antes do início da execução dos serviços, listagem com **nome completo, número de documento de identidade e comprovação da capacitação e da experiência exigidos dos seus empregados**, além da **identificação dos veículos** que utilizará para o deslocamento e realização das manutenções
- 10.1.3 iniciar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o início da vigência do contrato, a execução dos serviços.
- 10.1.4 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e de seus anexos,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 10.1.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
- 10.1.6 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 10.1.7 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.1.8 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.1.9 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.1.10 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 10.1.11 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 10.1.12 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 10.1.13 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 10.1.14 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.1.15 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 10.1.16 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.1.17 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 10.1.18 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

- 10.1.19 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 10.1.20 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 10.1.21 Comprovar a reserva de cargos a que se refere o subitem acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 10.1.22 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.1.23 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.1.24 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

11 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste instrumento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato instrumento, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa:**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

- a) havendo atraso no início da prestação dos serviços, multa moratória à razão de 1% por dia de atraso, até o máximo de 10%, calculada sobre o valor anual estimado do contrato;
- b) havendo inexecução parcial da contratação, multa punitiva de 10%, calculada sobre o remanescente do valor anual do contrato;
- c) havendo inexecução total da contratação, multa punitiva de 10%, calculada sobre o valor anual do contrato.
- d) A Contratada estará sujeita, ainda, às penalidades de **infrações** nas seguintes hipóteses e respectivos critérios de aplicação:

TABELA 1	
Grau	Correspondência
1	R\$ 50,00
2	R\$ 100,00
3	R\$ 200,00
4	R\$ 400,00
5	R\$ 800,00

TABELA 2			
Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Vencimento ou desatualização, independente de notificação pelo Contratante, da: a) documentação de habilitação b) regularidade dos encargos sociais e obrigações trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciárias	1	Por ocorrência e a cada semana subsequente até que seja sanada a irregularidade
2	Não apresentar, no prazo contratual ou quando solicitado pelo Contratante: a) ART ou RRT b) listagem e documentos de funcionários e veículos atualizados c) documentação comprobatória de manutenção das condições de habilitação d) documentação comprobatória de regularidade dos demais encargos sociais e obrigações trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciárias resultantes da execução do contrato	1	Por ocorrência e a cada dia subsequente até que sejam apresentados
3	Não cumprir os horários de trabalho estabelecido neste Termo de Referência ou determinado pela Fiscalização	1	Por ocorrência
4	Não dispor de recursos mínimos e suficientes para prestação dos serviços durante a execução das manutenções preventivas ou corretivas, dentre eles os previstos nos incisos VI e VII do item 4.1 deste Termo de Referência	1	Por ocorrência
5	Apresentar Notas Fiscais de serviços ou peças e materiais em desconformidade com o previsto neste Termo de Referência	1	Por ocorrência



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

6	Permissão de prestação de serviço por profissional: a) não uniformizado; b) uniformizado inadequadamente (uniforme com excesso de sujidades, manchas, etc.); c) não identificado com crachá ou outro meio de identificação do profissional; d) em desacordo com quaisquer normas de vigilância sanitária e da saúde do trabalhador	1	Por empregado e por dia de ocorrência
7	Quando solicitado pela Fiscalização, deixar de: a) cumprir determinação formal; b) cumprir instrução complementar; c) fornecer informações relativas a cumprimento das manutenções preventivas e corretivas; d) atender ou responder, injustificadamente, e-mails, telefonemas, mensagens via WhatsApp ou outro meio de comunicação oficial ou extra-oficial autorizado	1	Por ocorrência e a cada semana subsequente até que seja cumprida a exigência
8	No caso de manutenções corretivas, descumprir o prazo contratual ou o designado pela Fiscalização das seguintes obrigações: a) atendimento inicial b) encerramento do chamado c) apresentação de relatórios que contenham o diagnóstico do problema encontrado d) apresentação de orçamentos de peças ou materiais e) encaminhamento de informações e documentos para permitir o procedimento de reembolso f) substituição de peças ou materiais para prosseguimento ou conclusão do chamado, salvo quando comprovado se tratar de atraso por culpa de terceiros, como fornecedores ou fabricantes da peça em questão	1	Por ocorrência e a cada semana subsequente ao prazo até que sejam cumpridas as obrigações
9	No caso de manutenções corretivas emergenciais , descumprir o prazo contratual ou o designado pela Fiscalização das seguintes obrigações: a) atendimento inicial b) encerramento do chamado c) apresentação de relatórios que contenham o diagnóstico do problema encontrado d) apresentação de orçamentos de peças ou materiais e) encaminhamento de informações e documentos para permitir o procedimento de reembolso f) substituição de peças ou materiais para prosseguimento ou conclusão do chamado, salvo quando comprovado se tratar de atraso por culpa de terceiros, como fornecedores ou fabricantes da peça em questão	1	Por ocorrência e a cada dia subsequente ao prazo até que sejam cumpridas as obrigações
10	Não realizar a limpeza dos locais e o descarte dos materiais inutilizáveis ou inservíveis onde os serviços foram prestados	1	Por ocorrência e a cada semana subsequente até que seja feita a limpeza
11	Não cumprir obrigações exigíveis durante o período de garantia de material ou serviço no prazo fixado pela Fiscalização	1	Por ocorrência e a cada semana subsequente até que sejam cumpridas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

12	Não restituir, no prazo contratual ou no designado pela Fiscalização, aparelho condicionador de ar, equipamento ou peça retirado de dentro das dependências do Tribunal para diagnóstico ou conserto	1	Por ocorrência e a cada dia subsequente até que sejam restituídos
13	Não preencher ou preencher inadequadamente os relatórios de manutenção preventiva (item 4.1), corretiva (4.2) ou relatório técnico complementar para substituição de peças (item 4.3) Obs: Quando, no entanto, se evidenciar que se trata de inexecução, será aplicado o item 8.2	1	Por relatório
14	Disponibilização, mesmo que temporária, de equipe com número de profissionais inferior ao mínimo previsto	2	Por empregado faltante e por dia que perdurar a situação
15	Encaminhar ou não substituir, quando solicitado pelo Contratante, profissionais: a) faltosos; b) sem qualificação para a execução do objeto; c) não autorizado pelo Contratante	2	Por ocorrência e a cada dia subsequente sem a reposição
16	Execução de serviço defeituoso, incompleto, precário, provisório ou paliativo, sem conclusão ou correção dentro do seu prazo de atendimento	2	Por ocorrência
17	Não substituir materiais em garantia e/ou refazer serviços defeituosos, incompleto, precário, provisório ou paliativo no prazo fixado pela Fiscalização	2	Por ocorrência e a cada dia subsequente ao prazo até que seja regularizada a situação
18	Prestação de informação falsa sobre serviço ou material substituído, além da cobrança ou tentativa de cobrança por serviço não executado, além de possível aplicação de sanções penais, cíveis e administrativas pelo ato praticado	3	Por ocorrência
19	Suspensão ou interrupção total da prestação dos serviços sem justificativa aceita pelo Contratante	3	Por ocorrência e a cada dia em que os serviços estiverem suspensos
20	Destruição ou dano de documentos ou outros bens do Contratante ou de terceiros	3	Por ocorrência
21	Retirada intencional de quaisquer bens do Contratante (peças, materiais, equipamentos, dentre outros, inclusive aqueles que forem substituídos) do local de prestação dos serviços sem autorização prévia	3	Por ocorrência e a cada dia em que não houver a reposição, independente de solicitação da fiscalização
22	Utilização, sem autorização do Contratante, de peças: a) reutilizadas ou “usadas”; b) não originais ou similares; c) não produzidas por fabricante idôneo; d) que não apresentem qualidade semelhante ou superior às originais; e) recondicionadas ou fruto de reparo não certificado	3	Por ocorrência
23	Questionamento ou resistência à ordem de serviço ou determinação contratual com clara finalidade de protelar o	3	Por ocorrência



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

	cumprimento de obrigações contratuais ou a execução do objeto		
24	Não fornecer ou manter acessível, de imediato, equipamento de proteção individual (EPI)	4	Por empregado desprovido de EPI e a cada dia que perdurar esta ausência
25	Permissão de prestação de serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual ou coletivo (EPI e EPC), quando necessários ou em desacordo com qualquer norma de segurança do trabalho vigente no momento da prestação do serviço	4	Por empregado e por ocorrência
26	Não substituir, quando solicitado pelo Contratante, empregado que demonstre condutas ilegais, inconvenientes ou incompatíveis com suas atribuições	4	A cada dia em que o referido empregado for encaminhado
27	Utilização das dependências do Contratante para fins diversos do objeto do contrato	4	Por ocorrência
28	Recusa injustificada de execução de prestações contratuais	4	Por ocorrência
29	Exposição de bens ou pessoas a situações passíveis de causar danos patrimonial, físico, moral ou morte	5	Por ocorrência

- 11.3 A incidência, acumulada, de 40 (quarenta) pontos de infração, conforme o grau da infração *infra*, no prazo de 12 meses de vigência, sujeitará a Contratada à multa punitiva de até 10% do valor anual do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral do ajuste, a critério do Contratante, e demais cominações legais previstas:

Grau da infração	Pontos de infração	Quantidade de infrações até o limite
1	1	40 ou mais
2	2	20 ou mais
3	4	10 ou mais
4	8	5 ou mais
5	20	2 ou mais

- 11.4 Quando o critério de incidência for a aplicação “*por dia*” e “*a cada dia*”, as infrações previstas na Tabela 2 acima serão limitadas a 20 (vinte) reiterações na mesma penalidade, considerando-se apenas os dias úteis em suas contagens, e a Contratada ficará sujeita à multa punitiva, rescisão unilateral da avença e demais cominações legais previstas
- 11.5 Quando o critério de incidência for a aplicação “*a cada semana*”, as infrações previstas na Tabela 2 acima serão limitadas a 4 (quatro) semanas, e a Contratada ficará sujeita à multa punitiva rescisão unilateral da avença e demais cominações legais previstas
- 11.6 A aplicação das sanções previstas neste Contrato instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 11.7 Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

- 11.8 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 11.9 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.10 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.11 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.12 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.13 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).
- 11.14 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 11.15 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 11.16 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).
- 11.17 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de **serviços de manutenção preventiva e corretiva de condicionadores de ar** das Unidades (Fóruns e Varas do Trabalho) do TRT da 9ª Região abrangidas pela Setorial de Cascavel.

DATA: JANEIRO/2025

1. Descrição da necessidade da contratação:

A contratação para a execução de serviços de instalação e manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado nos Fóruns Trabalhistas da região da Setorial Cascavel se faz necessária, considerando a exigência de um ambiente com temperatura controlada para o conforto e o bom funcionamento das atividades, bem como a necessidade de atender aos normativos de segurança e saúde ocupacional. A regulamentação sobre condições de trabalho adequadas, inclusive no que se refere à temperatura, é determinada pela NR-17 (Norma Regulamentadora de Ergonomia) e pela NR-24 (Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho).

A não realização da manutenção preventiva e a falta de um sistema de climatização adequado podem comprometer o ambiente de trabalho, afetando diretamente a produtividade e o bem-estar dos servidores e colaboradores, além de acarretar em custos mais elevados com reparos emergenciais e perda de eficiência no uso do sistema de ar condicionado.

Objetivos: *Garantir um ambiente de trabalho confortável, saudável e adequado às necessidades operacionais, prevenindo falhas no sistema de climatização e assegurando a qualidade no atendimento aos usuários.*

Benefícios: *A manutenção do ar condicionado e sua correta funcionalidade contribui para a melhoria das condições de trabalho, garantindo a qualidade do ambiente para os servidores e usuários, evitando desconfortos térmicos, além de reduzir os custos com reparos inesperados e possíveis paralisações no funcionamento do sistema.*

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, I: “I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;” c/c Res. CSJT 364/2023, art. 33, I: “I – a descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

resolvido; Trata-se de elemento obrigatório do ETP, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021, c/c art. 33, § 1º da Res. CSJT 364/2023.

2. Descrição dos requisitos da contratação

1) Prazos:

- *Início de execução do serviço: em até 15 dias corridos após a assinatura do contrato ou recebimento da nota de empenho.*

2)) Garantias – serviços

- *O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

3) Garantia da contratação

- *Não se vislumbra a necessidade técnica de exigência da garantia da contratação (art.96 e seguintes da*

Lei nº 14.133, de 2021), exceto nos casos expressos de exigência conforme ATO 165, de 06 de junho de 2023.

4) Qualificação técnica:

- Prova de inscrição ou registro da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Técnicos Industriais (CFT), comprovando registro da empresa para serviços de mecânica ou elétrica. -- Prova de inscrição dos profissionais que compõem o quadro de responsáveis técnicos da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Técnicos Industriais (CFT), com qualificação na(s) área(s) de Elétrica e/ou Mecânica de Refrigeração.

- Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a licitante executou de forma satisfatória serviço de manutenção de equipamentos com características pertinentes e compatíveis com as exigidas nesta contratação (manutenção de condicionadores de ar), com capacidade mínima de 258 TR's (considerando 50% da capacidade instalada), sem qualquer informação que a desabone.

- Critérios de sustentabilidade:

A empresa deverá utilizar materiais com baixo potencial de poluição e observar as normas de legislação ambiental.

Qualquer aplicação de gás refrigerante com potencial de efeito estufa deverá ser registrado conforme o Termo de Referência.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, III: “III - requisitos da contratação;” c/c Res. CSJT 364/2023, art. 33, III: “III - requisitos da contratação, contendo, inclusive, critérios de sustentabilidade e acessibilidade, quando aplicáveis;”. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar a devida justificativa, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021 c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

3. Levantamento de mercado, consistente na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar

Informamos, que os serviços de manutenção de condicionadores de ar das unidades deste Regional, são tradicionalmente contratados mediante licitação para prestação bimestral de manutenção preventiva e corretiva conforme a necessidade. A escolha desse formato de contratação decorre da verificação de sua adequação às demandas do Tribunal.

Informamos ainda que a contratação de empresa com dedicação exclusiva de mão de obra para atender esse serviço de manutenção de bombas traria um custo financeiro muito alto ao Tribunal, pois são diversas unidades com aparelhos condicionadores de ar na presente licitação.

Portanto, concluímos que a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com vigência anual, prorrogável, é adequada ao atendimento da demanda de conservação dos condicionadores de ar das unidades administrativas e judiciárias deste Tribunal Regional.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, V: “V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;” c/c Res. CSJT 364/2023, art. 33, V: “V - levantamento de mercado com análise das alternativas de soluções e justificativa técnica e econômica da escolha e do tipo de solução a contratar.”. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar a devida justificativa, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021 c/c art. 33 da Res. CSJT 364/2023.

4. Descrição da solução como um todo

As adequações propostas na presente contratação são, em curta síntese: Manutenção preventiva e corretiva, tantas visitas técnicas e manutenções corretivas quantas forem necessárias para perfeito funcionamento dos equipamentos, incluindo a mão de obra e todos os serviços necessários para substituição de peças e componentes eventualmente danificados, com fornecimento de peças e indenização de deslocamento mediante procedimento próprio, com periodicidade bimestral dos Fóruns Trabalhistas da setorial Cascavel, a contar: VT Assis Chateaubriand, FT e Setorial Cascavel, VT Dois Vizinhos, Fórum Trabalhista Foz do Iguaçu, FT Francisco Beltrão, VT Laranjeiras do Sul, VT Mal. Cândido Rondon, Posto de Atendimento Medianeira, VT Palmas, Palotina, FT Pato Branco, FT Toledo.

Fundamentação: Lei n. 14.133/2021, art. 18, § 1º, VII: “VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;” c/c Res. CSJT 364/2023, art. 33, VII. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar a devida justificativa, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021 c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

5. Estimativa das quantidades a serem contratada

LOCALIDADE – MANUTENÇÃO BIMESTRAL	QTDE EQUIPAMENTOS.	VALOR TOTAL POR BIMESTRE	VALOR TOTAL POR ANO
VT Assis Chateaubriand	7	R\$368.69	R\$2,212.14
FT e Setorial Cascavel	56	R\$2,949.52	R\$17,697.12
VT Dois Vizinhos	23	R\$1,211.41	R\$7,268.46
Fórum Trabalhista Foz do Iguaçu	54	R\$2,844.18	R\$17,065.08
FT Francisco Beltrão	19	R\$1,000.73	R\$6,004.38
VT Laranjeiras do Sul	6	R\$316.02	R\$1,896.12
VT Mal. Cândido Rondon	10	R\$526.70	R\$3,160.20
Posto de Atendimento Medianeira	5	R\$263.35	R\$1,580.10
VT Palmas	11	R\$579.37	R\$3,476.22
Palotina	6	R\$316.02	R\$1,896.12
FT Pato Branco	15	R\$790.05	R\$4,740.30
FT Toledo	33	R\$1,738.11	R\$10,428.66
TOTAL DE MANUTENÇÕES BIMESTRAIS	245	R\$12,008.76	R\$77.424,90
VALOR ESTIMADO PARA PEÇAS E DESLOCAMENTOS (anual)			R\$15,000.00
VALOR TOTAL MÁXIMO PARA A CONTRATAÇÃO			R\$92,424.90

Fundamentação: Lei n. 14.133/2021, art. 18, § 1º, IV: “IV - *estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;*” c/c Res. CSJT 364/2023, art. 33, IV. Trata-se de elemento obrigatório do ETP, conforme art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021 c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

6. Estimativa do valor da contratação

Valor estimativo da contratação: R\$ 77.424,90 (referente a 6 manutenções bimestrais) e R\$ 15.000,00 (peças e deslocamentos)

As contratações serão realizadas com vigência de 1(um) ano (referente a 6 execuções bimestrais), sendo prorrogável nos termos da lei e com reajuste anual pelo índice IPCA.

Fundamentação: Lei n. 14.133/2021, art. 18, § 1º, VI: “VI - *estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;*” c/c Res. CSJT 364/2023, art. 33, VI. Trata-se de elemento obrigatório do ETP, conforme art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021 c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

7. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

A contratação será feita em lote único para redução do valor global da contratação e evitar a deserção de algumas unidades mais distantes e com menor interesse econômico para as prestadoras de serviços.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, VIII: “VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação,” c/c Res. CSJT 364/2023, art. 33, VIII: “VIII - justificativas para o parcelamento ou não do objeto, quando necessário para sua individualização.”. Trata-se de elemento obrigatório do ETP, conforme art. 18, § 2º, da Lei n. 14.133/2021 c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

8. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não serão necessárias contratações interligando-se a esta prestação de serviço.

Obs.: Contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal. Já as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, XI: “XI – contratações correlatas e/ou interdependentes,” c/c art. 33 XI da Res. CSJT 364/2023. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar a devida justificativa, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021, c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

9. Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual

A contratação está prevista no Plano de Contratações 2025, estando prevista no item:

SETORIAL CASCAVEL

Sigeo: 151102020000286 - Manutenção condicionadores de ar (Setorial Cascavel)

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, II: “II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração,” c/c art. 33 da Res. CSJT 364/2023, II: “II – o alinhamento planejamento estratégico institucional, ao plano de logística sustentável e à previsão no Plano de Contratação Anual, observando os temas e indicadores definidos nos referidos instrumentos,”. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar as devidas justificativas, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021 c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

10. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

A contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de condicionadores de ar visa alcançar resultados significativos em termos de economicidade e otimização dos recursos disponíveis, conforme detalhado a seguir:

Economicidade: a manutenção regular dos equipamentos prolonga sua vida útil, reduzindo a necessidade de substituição precoce e custos com aquisições de novos aparelhos. Além disso, a manutenção preventiva diminui o consumo energético dos sistemas de climatização, resultando em economia nas contas de energia elétrica, dado que equipamentos em bom estado de funcionamento operam de maneira mais eficiente.

Melhor aproveitamento de recursos humanos: a garantia de um ambiente climatizado e confortável para os colaboradores aumenta a produtividade e reduz os impactos negativos associados a ambientes de trabalho inadequados, como o desconforto térmico, que pode comprometer a concentração e o desempenho das atividades.

Melhor aproveitamento de recursos materiais: a manutenção preventiva permite identificar e corrigir falhas incipientes nos equipamentos, evitando danos maiores e reparos emergenciais mais custosos. Assim, otimiza-se o uso dos materiais e peças de reposição, que são utilizados de forma planejada e eficiente.

Melhor aproveitamento de recursos financeiros: o planejamento de manutenções periódicas evita gastos emergenciais e imprevisíveis com consertos de grande porte ou substituição de equipamentos, permitindo uma gestão financeira mais eficiente e previsível.

Dessa forma, a contratação se justifica como uma medida estratégica para a preservação dos recursos da instituição, promovendo um ambiente de trabalho eficiente, confortável e economicamente sustentável..

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, IX: “IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;”, c/c art. 33 da Res. CSJT 364/2023, IX. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar a devida justificativa, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021, c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

11. Providências para adequação do ambiente do órgão:

Não se aplica.

Fundamentação: Lei 14.144/2021, art. 18, § 1º, X: “X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;” c/c art. 33 da Res. CSJT 364/2023, X: “X - providências para adequação do ambiente do órgão, se necessário, bem como quanto à capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual;”. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar a devida justificativa, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021 c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

12. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras:

Os descartes dos materiais removidos do imóvel devem seguir o seguinte processo:

- a) *Materiais selecionados para doação: à critério da fiscalização, os materiais removidos e que possuem potencial para reciclagem ou reutilização serão acondicionados no local para posterior destinação;*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

b) Os demais materiais, considerados inservíveis pela Fiscalização, serão descartados de forma adequada, cabendo à contratada a comprovação do envio dos mesmos para locais autorizados.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, XII: “XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;” c/c art. 33 da Res. CSJT 364/2023, XII. Trata-se de elemento não obrigatório do ETP. Porém, caso não seja contemplado no ETP, deve-se apresentar a devida justificativa, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021, c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

13. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação à necessidade a que se destina:

Diante do exposto, conclui-se que os serviços ora contratados serão selecionados e definidos com base na prioridade e urgência no atendimento, e resultarão em melhorias significativas na climatização das unidades deste Tribunal.

Fundamentação: Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, XIII: “XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina”, c/c art. 33 da Res. CSJT 364/2023, XIII. Trata-se de elemento obrigatório do ETP, conforme o art. 18, § 2º, da Lei 14.133/2021, c/c art. 33 § 1º da Res. CSJT 364/2023.

14. Análise da necessidade de classificação nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Não se aplica.

Fundamentação: Lei n. 14.133/2021, art. 6º, XXIII, “b”, c/c IN SEGES 58/2022, art. 13: “Art. 13. Ao final da elaboração do ETP, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.”.

15. Análise do processamento por meio do sistema de registro de preços.

Não se aplica sistema de registro de preços ao presente processo, considerando que trata-se de serviços de manutenção de condicionadores de ar.

Fundamentação: Lei n. 14.133/2021, art. 40 (O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte.); Decreto nº 11.462/2023, art. 3º (O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial: I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes; II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa; III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas; IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

Equipe de Planejamento da contratação:

Gustavo Beckert Trinkel
Setor de Manutenção de Equipamentos

Benedy Antunes de Oliveira
Coordenador • Coordenadoria de Manutenção

Adriana Medeiros
Diretora da Secretaria de Engenharia e Arquitetura



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA

1 DADOS DA LICITANTE VENCEDORA:

RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:		
ENDEREÇO:		
CIDADE:	ESTADO:	CEP:
TELEFONE:		FAX:
E-MAIL:		
PESSOA PARA CONTATO:		
BANCO:		
AG. N.º:		CONTA CORRENTE N.º:
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL QUE IRÁ ASSINAR O CONTRATO A SER CELEBRADO		

NOME:
CARGO OCUPADO NA EMPRESA:
RG: **CPF:**
ENDEREÇO:

2 DO PREÇO OFERTADO AO OBJETO DO PREGÃO Nº XX/2025 DO TRT DA 9ª REGIÃO:

LOCALIDADE – MANUTENÇÃO BIMESTRAL	QTDE EQUIPAMENTOS.	VALOR TOTAL POR BIMESTRE	VALOR TOTAL POR ANO
VT Assis Chateaubriand	7	R\$...	R\$...
FT e Setorial Cascavel	56	R\$...	R\$...
VT Dois Vizinhos	23	R\$...	R\$...
Fórum Trabalhista Foz do Iguaçu	54	R\$...	R\$...
FT Francisco Beltrão	19	R\$...	R\$...
VT Laranjeiras do Sul	6	R\$...	R\$...
VT Mal. Cândido Rondon	10	R\$...	R\$...
Posto de Atendimento Medianeira	5	R\$...	R\$...
VT Palmas	11	R\$...	R\$...
Palotina	6	R\$...	R\$...
FT Pato Branco	15	R\$...	R\$...
FT Toledo	33	R\$...	R\$...
TOTAL DE MANUTENÇÕES BIMESTRAIS	245	R\$...	R\$...



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

VALOR ESTIMADO PARA PEÇAS E DESLOCAMENTOS (anual)	R\$15,000.00
VALOR TOTAL PARA A CONTRATAÇÃO	R\$...

3 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura e nome legível
do procurador/responsável



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

ANEXO III - RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Arquivo .pdf em anexo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

ANEXO IV - MODELO DE RELATÓRIO DE MANUTENÇÃO

RELATÓRIO DE MANUTENÇÃO EM CONDICIONADORES DE AR*		
Empresa:		Data:
Unidade atendida:		
Endereço:		
Manutenção realizada: () preventiva (neste caso, anexar "check list" com o registro dos serviços realizados, conforme programa abaixo) () corretiva (neste caso, descrever os serviços efetuados abaixo)		
Equipamentos reparados (citar o número de patrimônio das máquinas):		
Descrição dos serviços realizados (caso tenha sido autorizada substituição de peças, relacionar neste campo as peças substituídas):		
QTD E.	PEÇAS APLICADAS (QUANDO PREVIAMENTE AUTORIZADO PELO CONTRATANTE)	
Observações:		
IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE		
RELAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS		
NOME:		RG:
NOME:		RG:
NOME:		RG:
Identificação e assinatura do responsável:		
RESERVADO AO CONTRATANTE		
Chegada da equipe		Saída da equipe
Data:	Hora:	Data: Hora:
Uso de uniforme e crachá:	SIM () NÃO ()	
Uso de EPI/EPC (quando exigíveis):	SIM () NÃO ()	
Observações da unidade:		
Responsável pela unidade (nome/cargo):		
Assinatura:		
PROGRAMA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA		
Programa Geral de Manutenção Preventiva	Periodicidade	Visto do técnico
Medir a tensão e corrente elétrica	Bimestral	
Limpar o filtro de ar	Bimestral	
Executar Limpeza geral dos equipamentos e casas de máquinas	Bimestral	
Limpar o sistema de drenagem	Bimestral	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

Verificar o funcionamento dos controles, dos termostatos, da ventilação, da exaustão, da partida, dos registros, válvulas de serviços e acessórios.	Bimestral	
Verificar a existência de vazamentos de gás refrigerante e solucionar o problema sempre que necessário.	Bimestral	
Verificar a atuação e ajuste de ruídos, vibrações anormais, vazamentos e isolamentos, com as correções necessárias ao perfeito funcionamento do aparelho	Bimestral	
Verificar e reparar, quando necessário, a operação de drenagem de água da bandeja	Bimestral	
Verificar e reparar a isolamento térmica dos equipamentos, dutos, rede frigorígena	Anual	
Verificar o estado geral do condicionador	Bimestral	
Verificar a existência de focos de corrosão nos equipamentos, acessórios, grelhas, difusores, painéis elétricos, e rede frigorígena. Aplicar anticorrosivo sempre que necessário	Semestral	
Lubrificar os mancais	Bimestral	
Verificar vibrações, ruídos, e aquecimento anormais nos mancais dos ventiladores, motores, compressores,	Bimestral	
Verificar a atuação da válvula solenóide	Bimestral	
Verificar alinhamento, tensão e desgastes nas polias, correias e acoplamentos	Bimestral	
Reapertar os parafusos de fixação dos motores e compressores	Semestral	
Verificar a vedação dos painéis de fechamento do gabinete	Anual	
Medir e registrar a resistência de isolamento dos motores	Anual	
Verificar o nível de óleo	Anual	
Verificar a elasticidade dos coxins de borrachas dos compressores	Anual	
Verificar e eliminar sujeira, danos e corrosão no gabinete, na moldura da serpentina e bandejas	Anual	
Limpar o gabinete do condicionador de ar	Anual	
Limpeza e higienização dos dutos do sistema	Anual	

Programa de Manutenção preventiva para condicionadores de ar (Tipo Janelheiro)		
ATIVIDADE	PERÍODO	Visto do técnico
Medir a tensão e corrente elétrica	Bimestral	
Limpar o filtro de ar e painel	Bimestral	
Executar limpeza geral dos equipamentos	Semestral	
Limpar o sistema de drenagem	Bimestral	
Limpar as serpentinas do condensador e evaporados	Semestral	
Limpar os ventiladores radial e axial	Semestral	
Limpar as bandejas	Bimestral	
Limpar as câmaras de ventilação	Bimestral	
Verificar o funcionamento dos controles, dos termostatos, da ventilação, da exaustão, da partida, e acessórios.	Bimestral	
Limpar os filtros e painel	Bimestral	
Limpar e revisar componentes diversos	Bimestral	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador da Cédula de Identidade/RG nº _____,
inscrito no CPF/MF nº _____, representante da empresa
_____, inscrita no CNPJ nº _____,
sediada na Rua _____, município de _____,
Estado _____, declaro que conheço as condições da execução dos serviços licitados, no
que se refere ao item abaixo assinalado, por meio do **PREGÃO XX/2025**, não cabendo, posteriormente, em
hipótese alguma, alegações de desconhecimento ou dúvida, sendo de inteira responsabilidade desta empresa
declarante o ônus daí decorrente.

	ITEM	LOCALIDADE
	1	Unidades do TRT 9 abrangidas pela Setorial de Cascavel

Local, _____ de _____ de 2025.

.....
(nome e assinatura do representante legal)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

ANEXO VI – MODELO DE TERMO DE CONTRATO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

(Processo Administrativo nº 611/2025)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE
SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
.....
.....

A União por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO, com sede na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 528, centro, na cidade de Curitiba/PR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 03.141.166/0001-16, neste ato representado pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.XX/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para serviços de manutenção preventiva e corretiva de condicionadores de ar das Unidades (Fóruns e Varas do Trabalho) do TRT da 9ª Região abrangidas pela Setorial de Cascavel, conforme segue:

LOCALIDADE – MANUTENÇÃO BIMESTRAL	QTDE EQUIPAMENTOS.	VALOR TOTAL POR BIMESTRE	VALOR TOTAL POR ANO
VT Assis Chateaubriand	7	R\$...	R\$...
FT e Setorial Cascavel	56	R\$...	R\$...
VT Dois Vizinhos	23	R\$...	R\$...
Fórum Trabalhista Foz do Iguaçu	54	R\$...	R\$...
FT Francisco Beltrão	19	R\$...	R\$...
VT Laranjeiras do Sul	6	R\$...	R\$...



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

VT Mal. Cândido Rondon	10	R\$...	R\$...
Posto de Atendimento Medianeira	5	R\$...	R\$...
VT Palmas	11	R\$...	R\$...
Palotina	6	R\$...	R\$...
FT Pato Branco	15	R\$...	R\$...
FT Toledo	33	R\$...	R\$...
TOTAL DE MANUTENÇÕES BIMESTRAIS	245	R\$...	R\$...
VALOR ESTIMADO PARA PEÇAS E DESLOCAMENTOS (anual)			R\$ 15.000,00
VALOR TOTAL PARA A CONTRATAÇÃO			R\$...

1.2. O preço para os serviços corresponde a **uma visita anual, bimestral, mensal ou semanal – a depender da frequência mencionada nas tabelas acima –**, para as manutenções preventivas, e **tantas visitas técnicas e manutenções corretivas quantas forem necessárias** para perfeito funcionamento dos equipamentos, incluindo a mão de obra e todos os serviços necessários para substituição de peças e componentes eventualmente danificados, não abrangendo o fornecimento das referidas peças ou componentes, que observará procedimento próprio conforme será descrito.

1.3. **Com relação às peças e deslocamentos**, o valor previsto pela Administração é meramente estimativo, definido em função de consumo e utilização prováveis. A execução do objeto do contrato obedecerá às necessidades e demandas concretas do Contratante, sendo devidos à Contratada os pagamentos referentes e relacionados apenas aos serviços efetivamente prestados e certificados por fiscal do contrato, segundo as normas e condições fixadas em edital e contrato.

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.1. O Termo de Referência;

1.4.2. O Edital da Licitação;

1.4.3. A Proposta do contratado;

1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.5. O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência do Pregão 9090003/2025.

CLÁUSULA QUARTA - PREÇO

4.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....), conforme detalhado no item 1.1.

4.2. No valor estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. O valor é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

5.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência do Pregão 9090003/2025.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 27/1/2025.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

São obrigações do Contratante:

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

7.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

7.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.9.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

7.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

São obrigações do Contratado:

8.1. apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o início da vigência do contrato e antes do início da execução dos serviços, as **ART's – Anotações de Responsabilidade Técnica** ou **RRT's – Registros de Responsabilidade Técnica** de execução dos serviços, com as taxas devidamente recolhidas;

8.2. apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o início da vigência do contrato e antes do início da execução dos serviços, listagem com **nome completo, número de documento de identidade e comprovação da capacitação e da experiência exigidos dos seus empregados**, além da **identificação dos veículos** que utilizará para o deslocamento e realização das manutenções

8.3. iniciar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o início da vigência do contrato, a execução dos serviços.

8.4. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.6. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.10. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

8.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.17. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.19. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.20. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.21. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o subitem acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.22. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.23. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.24. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII e XIII](#))

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste instrumento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));;
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste instrumento, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa**:
 - a) havendo atraso no início da prestação dos serviços, multa moratória à razão de 1% por dia de atraso, até o máximo de 10%, calculada sobre o valor anual estimado do contrato;
 - b) havendo inexecução parcial da contratação, multa punitiva de 10%, calculada sobre o remanescente do valor anual do contrato;
 - c) havendo inexecução total da contratação, multa punitiva de 10%, calculada sobre o valor anual do contrato.
 - d) A Contratada estará sujeita, ainda, às penalidades de **infrações** nas seguintes hipóteses e respectivos critérios de aplicação:

TABELA 1	
Grau	Correspondência
1	R\$ 50,00
2	R\$ 100,00
3	R\$ 200,00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

4	R\$ 400,00
5	R\$ 800,00

TABELA 2			
Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Vencimento ou desatualização, independente de notificação pelo Contratante, da: a) documentação de habilitação b) regularidade dos encargos sociais e obrigações trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciárias	1	Por ocorrência e a cada semana subsequente até que seja sanada a irregularidade
2	Não apresentar, no prazo contratual ou quando solicitado pelo Contratante: a) ART ou RRT b) listagem e documentos de funcionários e veículos atualizados c) documentação comprobatória de manutenção das condições de habilitação d) documentação comprobatória de regularidade dos demais encargos sociais e obrigações trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciárias resultantes da execução do contrato	1	Por ocorrência e a cada dia subsequente até que sejam apresentados
3	Não cumprir os horários de trabalho estabelecido neste Termo de Referência ou determinado pela Fiscalização	1	Por ocorrência
4	Não dispor de recursos mínimos e suficientes para prestação dos serviços durante a execução das manutenções preventivas ou corretivas, dentre eles os previstos nos incisos VI e VII do item 4.1 deste Termo de Referência	1	Por ocorrência
5	Apresentar Notas Fiscais de serviços ou peças e materiais em desconformidade com o previsto neste Termo de Referência	1	Por ocorrência
6	Permissão de prestação de serviço por profissional: a) não uniformizado; b) uniformizado inadequadamente (uniforme com excesso de sujidades, manchas, etc.); c) não identificado com crachá ou outro meio de identificação do profissional; d) em desacordo com quaisquer normas de vigilância sanitária e da saúde do trabalhador	1	Por empregado e por dia de ocorrência
7	Quando solicitado pela Fiscalização, deixar de: a) cumprir determinação formal; b) cumprir instrução complementar; c) fornecer informações relativas a cumprimento das manutenções preventivas e corretivas; d) atender ou responder, injustificadamente, e-mails, telefonemas, mensagens via WhatsApp ou outro meio de comunicação oficial ou extra-oficial autorizado	1	Por ocorrência e a cada semana subsequente até que seja cumprida a exigência



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

8	No caso de manutenções corretivas, descumprir o prazo contratual ou o designado pela Fiscalização das seguintes obrigações: a) atendimento inicial b) encerramento do chamado c) apresentação de relatórios que contenham o diagnóstico do problema encontrado d) apresentação de orçamentos de peças ou materiais e) encaminhamento de informações e documentos para permitir o procedimento de reembolso f) substituição de peças ou materiais para prosseguimento ou conclusão do chamado, salvo quando comprovado se tratar de atraso por culpa de terceiros, como fornecedores ou fabricantes da peça em questão	1	Por ocorrência e a cada semana subsequente ao prazo até que sejam cumpridas as obrigações
9	No caso de manutenções corretivas emergenciais , descumprir o prazo contratual ou o designado pela Fiscalização das seguintes obrigações: a) atendimento inicial b) encerramento do chamado c) apresentação de relatórios que contenham o diagnóstico do problema encontrado d) apresentação de orçamentos de peças ou materiais e) encaminhamento de informações e documentos para permitir o procedimento de reembolso f) substituição de peças ou materiais para prosseguimento ou conclusão do chamado, salvo quando comprovado se tratar de atraso por culpa de terceiros, como fornecedores ou fabricantes da peça em questão	1	Por ocorrência e a cada dia subsequente ao prazo até que sejam cumpridas as obrigações
10	Não realizar a limpeza dos locais e o descarte dos materiais inutilizáveis ou inservíveis onde os serviços foram prestados	1	Por ocorrência e a cada semana subsequente até que seja feita a limpeza
11	Não cumprir obrigações exigíveis durante o período de garantia de material ou serviço no prazo fixado pela Fiscalização	1	Por ocorrência e a cada semana subsequente até que sejam cumpridas
12	Não restituir, no prazo contratual ou no designado pela Fiscalização, aparelho condicionador de ar, equipamento ou peça retirado de dentro das dependências do Tribunal para diagnóstico ou conserto	1	Por ocorrência e a cada dia subsequente até que sejam restituídos
13	Não preencher ou preencher inadequadamente os relatórios de manutenção preventiva (item 4.1), corretiva (4.2) ou relatório técnico complementar para substituição de peças (item 4.3) Obs: Quando, no entanto, se evidenciar que se trata de inexecução, será aplicado o inciso IV do item 10.2.	1	Por relatório
14	Disponibilização, mesmo que temporária, de equipe com número de profissionais inferior ao mínimo previsto	2	Por empregado faltante e por dia que perdurar a situação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

15	Encaminhar ou não substituir, quando solicitado pelo Contratante, profissionais: a) faltosos; b) sem qualificação para a execução do objeto; c) não autorizado pelo Contratante	2	Por ocorrência e a cada dia subsequente sem a reposição
16	Execução de serviço defeituoso, incompleto, precário, provisório ou paliativo, sem conclusão ou correção dentro do seu prazo de atendimento	2	Por ocorrência
17	Não substituir materiais em garantia e/ou refazer serviços defeituosos, incompleto, precário, provisório ou paliativo no prazo fixado pela Fiscalização	2	Por ocorrência e a cada dia subsequente ao prazo até que seja regularizada a situação
18	Prestação de informação falsa sobre serviço ou material substituído, além da cobrança ou tentativa de cobrança por serviço não executado, além de possível aplicação de sanções penais, cíveis e administrativas pelo ato praticado	3	Por ocorrência
19	Suspensão ou interrupção total da prestação dos serviços sem justificativa aceita pelo Contratante	3	Por ocorrência e a cada dia em que os serviços estiverem suspensos
20	Destruição ou dano de documentos ou outros bens do Contratante ou de terceiros	3	Por ocorrência
21	Retirada intencional de quaisquer bens do Contratante (peças, materiais, equipamentos, dentre outros, inclusive aqueles que forem substituídos) do local de prestação dos serviços sem autorização prévia	3	Por ocorrência e a cada dia em que não houver a reposição, independente de solicitação da fiscalização
22	Utilização, sem autorização do Contratante, de peças: a) reutilizadas ou “usadas”; b) não originais ou similares; c) não produzidas por fabricante idôneo; d) que não apresentem qualidade semelhante ou superior às originais; e) recondicionadas ou fruto de reparo não certificado	3	Por ocorrência
23	Questionamento ou resistência à ordem de serviço ou determinação contratual com clara finalidade de protelar o cumprimento de obrigações contratuais ou a execução do objeto	3	Por ocorrência
24	Não fornecer ou manter acessível, de imediato, equipamento de proteção individual (EPI)	4	Por empregado desprovido de EPI e a cada dia que perdurar esta ausência
25	Permissão de prestação de serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual ou coletivo (EPI e EPC), quando necessários ou em desacordo com qualquer norma de segurança do trabalho vigente no momento da prestação do serviço	4	Por empregado e por ocorrência



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

26	Não substituir, quando solicitado pelo Contratante, empregado que demonstre condutas ilegais, inconvenientes ou incompatíveis com suas atribuições	4	A cada dia em que o referido empregado for encaminhado
27	Utilização das dependências do Contratante para fins diversos do objeto do contrato	4	Por ocorrência
28	Recusa injustificada de execução de prestações contratuais	4	Por ocorrência
29	Exposição de bens ou pessoas a situações passíveis de causar danos patrimonial, físico, moral ou morte	5	Por ocorrência

10.3. A incidência, acumulada, de 40 (quarenta) pontos de infração, conforme o grau da infração *infra*, no prazo de 12 meses de vigência, sujeitará a Contratada à multa punitiva de até 10% do valor anual do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral do ajuste, a critério do Contratante, e demais cominações legais previstas:

Grau da infração	Pontos de infração	Quantidade de infrações até o limite
1	1	40 ou mais
2	2	20 ou mais
3	4	10 ou mais
4	8	5 ou mais
5	20	2 ou mais

10.4. Quando o critério de incidência for a aplicação “*por dia*” e “*a cada dia*”, as infrações previstas na Tabela 2 acima serão limitadas a 20 (vinte) reiterações na mesma penalidade, considerando-se apenas os dias úteis em suas contagens, e a Contratada ficará sujeita à multa punitiva, rescisão unilateral da avença e demais cominações legais previstas

10.5. Quando o critério de incidência for a aplicação “*a cada semana*”, as infrações previstas na Tabela 2 acima serão limitadas a 4 (quatro) semanas, e a Contratada ficará sujeita à multa punitiva rescisão unilateral da avença e demais cominações legais previstas

10.6. A aplicação das sanções previstas neste Contrato instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.7. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.8. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

10.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.10. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.11. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.12. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.13. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

10.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste ~~Contrato~~ instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.15. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

10.17. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

11.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

11.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

11.6.3. Indenizações e multas.

11.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Nota de Empenho:

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– CUMPRIMENTO DA LEI Nº 13.709/2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

15.1. As PARTES se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações repassadas em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 e, no que couber, na Política TRT-PR nº 55/2021, sendo vedado o repasse das informações a outras pessoas (físicas ou jurídicas), salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do avençado.

15.1.1. Na hipótese de verificar que o cumprimento do contrato depende da transferência, compartilhamento e/ou recebimento de dados pessoais com/ou de terceiros, a CONTRATADA compromete-se a celebrar com a pessoa, antes da operação, compromisso formal de preservar a confidencialidade e a segurança de tais dados, bem como a estender a ela todas as suas obrigações relativas ao tratamento de dados pessoais previstas neste instrumento.

15.2. É vedada às PARTES a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquele objeto do ajuste, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

15.3. As PARTES responderão administrativa e judicialmente em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei nº 13.709/2018.

15.4. A CONTRATADA compromete-se a:

15.4.1. aplicar medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança para a proteção dos dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual;

15.4.2. manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo;

15.4.3. seguir fielmente as diretrizes e instruções transmitidas pela CONTRATANTE;

15.4.4. facultar acesso a dados pessoais somente para o pessoal autorizado que tenha estrita necessidade e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, devendo a prova do compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição à CONTRATANTE, mediante solicitação;

15.4.5. permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pela CONTRATANTE ou por auditor autorizado, e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas;

15.4.6. auxiliar, em toda providência que estiver ao seu alcance, no atendimento pela CONTRATANTE, de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;

15.4.7. comunicar formalmente e de imediato ao Encarregado da ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos em virtude de verificações ou inspeções; e

15.4.8. descartar de forma irrecuperável ou devolver para a CONTRATANTE todos os dados pessoais e as cópias existentes, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual, mediante manifestação formal das providências adotadas, incluindo a data da operação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Curitiba, Seção Judiciária do Paraná para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO